

## Ouvir também os interessados

O governo se preocupa muito, e com toda a razão, ante a possibilidade de vir a arcar com a perda de dez bilhões de dólares, caso prevaleça o projeto de emenda constitucional que anistia, no tocante à correção monetária, os débitos contraídos por pequenos empresários e produtores rurais durante a vigência do Plano Cruzado. O presidente José Sarney determinou que os ministros da área econômica façam estudo detalhado para encontrar uma fórmula capaz de salvar esses setores — micros e pequenos empresários, pequenos e médios agricultores — “sem sacrificar o Tesouro”. Por mais aprofundados e competentes que venham a ser tais estudos, difícil é imaginar uma “fórmula” que poupe as duas partes (isto é, devedores e contribuintes), a não ser que se repita o milagre da multiplicação dos pães.

Nessa complicada questão, há sérios indícios de que o setor político encarregado de desfraldar na Constituinte a bandeira da “anistia financeira”, tão apressado esteve em liderar tal “conquista” que pouco se incomodou em ouvir o setor realmente interessado no assunto,

vale dizer, o devedor que se pretende anistiar.

“Não fomos consultados pelos políticos, muito menos pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), autor da emenda que será votada pela Constituinte” — disse o vice-presidente da Associação das Empresas Tomadoras de Recursos do BNDES (Adetore), Sérgio de Medeiros, representando 140 empresas devedoras, salientando que sua entidade “não quer perdão, mas, sim, justiça”, a saber: a aplicação do critério *pro rata tempore* para a correção monetária incidente sobre os empréstimos.

Essa entidade luta desde março de 87 pela mudança de critério de correção monetária aplicado pelo BNDES e seus agentes repassadores. Segundo o critério vigente, todos os empréstimos foram corrigidos a partir da variação integral da OTN no período compreendido entre março de 86 e fevereiro de 87, o que resultou em um índice de 70,7%. Entretanto, conforme lembra o vice-presidente da Adetore, cerca de 25 mil empresas em todo o País receberam recursos nos dois últimos meses de vigência do congelamento. “O justo seria pagarmos a corre-

ção monetária correspondente apenas ao período iniciado com a liberação do dinheiro e não com os 70,7% referentes à inflação de um ano inteiro”, aduziu o empresário, exemplificando com a situação de sua própria empresa que recebeu do BNDES empréstimo de Cz\$ 425 mil em 19 de fevereiro de 87 e apenas nove dias depois, com o descongelamento, já devia Cz\$ 725 mil àquela instituição.

Ao recusar a proposta constitucional de “anistia financeira”, esses empresários estão igualmente recusando a imagem de maus pagadores, mesmo porque seus débitos estão sendo saldados regular e pontualmente, segundo esclareceu o mencionado dirigente. Sua tese da correção monetária *pro rata tempore* parece não ter convencido as autoridades da área econômica. Até aí nada de mais. O problema é que esses empresários não conseguiram sequer ser ouvidos pelos políticos que lutam pela aprovação da “anistia financeira”.

Com certeza, tais políticos não se interessam nem um pouco por alguns pormenores técnicos da questão, pois o que impressiona mesmo o seu hipotético “eleitora-

do” é o simples termo “anistia”, ou “fim da correção monetária” para uns tantos. Por que pedir o menos se é possível conseguir o mais, especialmente se esse mais — de cerca de dez bilhões de dólares — não vai ter de ser pago pelos ilustres anistia-dores constituintes?

É certo que muitas outras idéias, inovações, em favor de determinados setores de produção, de categorias profissionais ou grupos sociais, surgidas na Constituinte, não passaram pelo crivo da análise dos mais diretamente interessados. Neste sentido, o caso da “anistia financeira” para certas vítimas do Plano Cruzado — que não foram as únicas — está longe de ser caso isolado. Razoável seria que tanto os constituintes quanto as autoridades do governo — começando pelo presidente Sarney —, realmente interessadas nos problemas enfrentados pelos micros e pequenos empresários, pequenos e médios agricultores em razão do grande logro do Plano Cruzado, se dispusessem a estudar de verdade o assunto, em todos os seus pormenores, sem deixar de ouvir os setores diretamente interessados. Ou será que nem dez bilhões de dólares valeriam tal esforço?